



A Subcomissão de Bancos mantém os sete nomes sob sigilo

Comissão vai devassar envolvidos

A CPI do Orçamento aprovou ontem a quebra de sigilo bancário e fiscal de 20 entidades que receberam subvenções sociais no período do ex-ministro da Ação Social, atual deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE). Na mesma reunião sigilosa, os integrantes da CPI, por maioria absoluta, aprovaram também a quebra de sigilo de José Roberto Nasser da Silva, ex-diretor de orçamento da Câmara, de sua empresa, Roberto Nasser Consultoria e Assessoria Ltda. e de Trajano Tristão de Macedo, assessor do deputado João Alves (PPR-BA) e ex-funcionário do Agrobanco, onde Alves mantinha conta bancária.

Logo depois que o presidente da comissão, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), leu a lista de entidades suspeitas, o relator, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), mostrou sua indignação com o desvio de recursos. "Nós queremos mostrar que na maioria das vezes esses recursos são jogados fora. Sou de uma região pobre do Nordeste, Pernambuco, e qualquer desperdício de dinheiro me deixa muito mal", condenou o relator. Magalhães lembrou que no Rio de Janeiro, no segundo semestre de 1992, apenas cinco entidades receberam cerca de US\$ 1,5 milhão, mais do que o estado inteiro de Pernambuco. O relator protestou ainda contra as entidades educacionais com fins lucrativos que recebem

auxílio orçamentário. "Isso é proibido por lei". As cinco entidades são controladas pelo deputado Fábio Raunheitti (PTB-RJ) e suplente de deputado, Peres Nader (PTB-RJ).

Na próxima semana, a CPI vai se dedicar à análise da "farta documentação recebida pela comissão", segundo Passarinho. O próximo depoimento deverá ser do deputado José Geraldo (PMB-MG).

Cassações — A comissão discutiu, ainda, se deve ou não começar a sugerir a cassação de parlamentares às mesas do Congresso Nacional (Câmara e Senado). Pelos menos dois deputados, nas avaliações mais cautelosas — João Alves (PPR-BA) e Cid Carvalho (PMDB-MA) —, já teriam acusações suficientemente fortes para a cassação de seus mandatos. Outros sete deputados, porém, estão sendo apontados como candidatos prováveis de um processo de cassação. São eles: Ricardo Fiúza (PFL-PE), José Carlos Vasconcellos (PRN-PE), Sérgio Guerra (PSB-PE), Genebaldo Correia (PMDB-BA), Manoel Moreira (PMDB-SP), José Geraldo (PMDB-MG) e Fábio Raunheitti (PTB-RJ). Além deles, o suplente de deputado, Feres Nader, poderá ser processado pela Câmara, caso assumira uma vaga.

Provas — Oficialmente, o senador Passarinho diz que o assunto "ainda está amadurecendo na CPI".